Docusign Envelope ID: 1E084EAA-A691-8377-80B5-9E68F72FD090

CIENTÍFICALAB PRODUTOS LABORATORIAIS E SISTEMAS LTDA.

CNPJ/MF nº 04.539.279/0001-37

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas., o balanço encerrado em 31 de dezembro de 2025 e demais demonstrações legais. Colocamo-nos a inteira disposição para os esclarecimentos julgados necessários.

Balanço patrimonial. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	146.938	21.485
Contas a receber de clientes	6	165.021	121.549
Estoques	7	9.466	13.145
Tributos a recuperar	8	67.151	46.541
Outros créditos		12.598	9.382
Total do ativo circulante		**401.174**	**212.102**
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes	6	2.053	2.148
Depósitos judiciais	15.a	2	987
Partes relacionadas	18.a	-	103.766
Tributos a recuperar	8	137	-
Outros créditos		24	24
		2.216	106.925
Imobilizado	9	16.317	17.566
Direito de uso	11	24.625	4.443
Intangível	10	1.867	1.887
Total do ativo não circulante		**45.025**	**130.821**
Total do ativo		**446.199**	**342.923**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Passivo circulante			
Fornecedores	12	45.320	38.951
Tributos e contribuições a recolher	14	12.798	10.022
Impostos renda e contribuição social a pagar		621	5.665
Obrigações sociais e trabalhistas	13	20.319	16.828
Passivos de arrendamentos	11	7.466	1.896
Dividendos a pagar	17.b	26.749	11.138
Partes relacionadas	18.b	58.675	54.474
Outras contas a pagar e provisões	16	8.283	1.518
Total do passivo circulante		**180.231**	**140.492**
Passivo não circulante			
Tributos e contribuições a recolher	14	320	513
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	15.a	2.662	342
Passivos de arrendamentos	11	14.431	2.550
Tributos diferidos	19	3.991	5.518
Total do passivo não circulante		**21.404**	**8.923**
Patrimônio líquido	17		
Capital social		130.177	125.177
Reservas de capital		31.691	31.691
Reservas de lucros		82.696	36.640
Total do patrimônio líquido		**244.564**	**193.508**
Total do passivo e patrimônio líquido		**446.199**	**342.923**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	20	412.952	394.665
Custo dos serviços prestados	21	(295.866)	(285.076)
Lucro bruto		**117.086**	**109.589**
Despesas			
Despesas gerais e administrativas	21	(23.759)	(31.919)
Outras despesas operacionais		1.017	(20.818)
Lucro operacional		**94.344**	**56.852**
Receitas financeiras	22	27.566	13.526
Despesas financeiras	22	(6.551)	(1.067)
Resultado financeiro, líquido		**21.015**	**12.459**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**115.359**	**69.311**
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	1.526	(346)
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	(22.252)	(22.067)
Lucro líquido do exercício		**94.633**	**46.898**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	94.633	46.898
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**94.633**	**46.898**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Reserva de capital Reserva de ágio	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**125.177**	**31.691**	**880**	**-**	**157.748**
Lucro líquido do exercício	17.b	-	-	-	46.898	46.898
Destinação do resultado do exercício:						
Reserva legal	17.b	-	-	2.345	(2.345)	-
Dividendos propostos	17.b	-	-	-	(11.138)	(11.138)
Reserva de lucros	17.b	-	-	33.415	(33.415)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**125.177**	**31.691**	**36.640**	**-**	**193.508**
Aumento de capital	17.a	5.000	-	-	-	5.000
Juros sobre capital próprio sobre reserva de lucros	17.c	-	-	(26.103)	-	(26.103)
Lucro líquido do exercício	17.b	-	-	-	94.633	94.633
Destinação do resultado do exercício:						
Reserva legal	17.b	-	-	4.732	(4.732)	-
Dividendos propostos	17.b	-	-	-	(11.026)	(11.026)
Juros sobre capital próprio	17.b	-	-	-	(11.448)	(11.448)
Reserva de lucros	17.b	-	-	67.427	(67.427)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**130.177**	**31.691**	**82.696**	**-**	**244.564**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**115.359**	**69.311**
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	9, 10 e 11	7.847	4.627
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	15.a	2.447	1.986
Baixa residual de ativos imobilizados, intangíveis e direito de uso	9, 10 e 11	26	1.936
Provisão (reversão) para perdas esperadas por crédito de liquidação duvidosa	6	(1.771)	(1.261)
Atualização de juros sobre arrendamento	11	3.301	446
Constituição de provisão (reversão) para perda de estoques	7	(2)	(75)
Variação nos ativos e passivos			
(Aumento) redução nas contas do ativo			
Contas a receber	6	(41.606)	(41.602)
Estoques	7	3.681	(1.614)
Outros ativos circulantes		(23.827)	(18.765)
Outros ativos não circulantes		848	(4)
Aumento (redução) nas contas do passivo			
Fornecedores	12	6.369	992
Contas a pagar e provisões		18.328	6.429
Juros pagos sobre arrendamentos	11	(3.301)	(446)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(34.343)	(11.755)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**53.356**	**10.205**
Fluxos de caixa de atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	9	(1.680)	(2.427)
Partes relacionadas	18.a	103.766	(48.351)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento		**102.086**	**(50.778)**
Fluxos de caixa de atividades de financiamentos			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	17.b/17.c	(27.334)	(23.052)
Aumento de capital	17.a	5.000	-
Pagamento de arrendamento	11	(7.655)	(1.596)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento com terceiros		**(29.989)**	**(24.648)**
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		**125.453**	**(65.221)**
No início do exercício		21.485	86.706
No final do exercício		146.938	21.485
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		**125.453**	**(65.221)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A CientíficaLab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda. (“Companhia”), é uma sociedade limitada com sede no Município de Barueri, Estado do São Paulo, na Alameda Caiapós, nº 84, Tamboré, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.539.279/0001-37. A Companhia atua no setor de saúde pública, em assessoria e prestação de serviços em exames laboratoriais em geral, e na área de diagnósticos médicos, assessoria e prestação de serviços em exames laboratoriais de análises clínicas, anatomia patológica e citologia, incluindo a realização de citados exames, serviços de coleta e transporte de amostras, além da importação, para uso próprio, de equipamentos médico-hospitalares, conjuntos para diagnósticos e correlatos em geral. A Companhia é controlada integral da DASA - Diagnósticos da América S.A., sociedade por ações de capital aberto registrada no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código de negociação DASA3, com sede em Barueri, no Estado de São Paulo.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de abril de 2026.

3 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração da Companhia. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e premissas e a Administração da Companhia utilizou julgamentos no processo de aplicação das políticas contábeis materiais e nos valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias, sendo que os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As revisões dessas estimativas são reconhecidas prospectivamente nas demonstrações financeiras. As áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas e críticas para as demonstrações financeiras, referem-se a: i) análise das perdas esperadas por crédito de liquidação duvidosa do contas a receber (nota explicativa nº 6) e contraprestação variável no reconhecimento da receita (notas explicativas nº 6 e 20); ii) vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 9); iii) vida útil dos ativos intangíveis e teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis (nota explicativa nº 10); iv) taxas de desconto e de inflação projetada para os contratos de arrendamento (nota explicativa nº 11); v) reconhecimento e mensuração de provisão para demandas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis (nota explicativa nº 15); e vi) reconhecimento de tributos diferidos (nota explicativa nº 19). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data-base das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Uma perda no valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e reconhecido. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas nas notas explicativas dos respectivos assuntos. **3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R$). Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

4 Mudança nas políticas contábeis e demonstrações financeiras

a) Alterações de normas que estão em vigor em 31 de dezembro de 2025: As seguintes normas, emendas às normas e interpretações às *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) não tiveram impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025: • Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em Controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial; • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. **b) Alterações de normas que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2025:** A seguinte norma foi emitida pelo IASB e CPC e deverá ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • IFRS 18/CPC 51: Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras: estabelece novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado do exercício, classificando as receitas e despesas em: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas. A Companhia deve aplicar a norma para períodos de relatório anuais iniciados em 1º de janeiro de 2027. A norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. Os impactos da adoção da norma ainda estão sendo avaliados pela Administração. As seguintes normas foram emitidas pelo IASB e não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Alterações aos IFRS 7 e 9 - Instrumentos Financeiros; • IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública: Divulgação.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses prontamente conversíveis em caixa e com risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa estão representados, substancialmente, por recursos aplicados no Brasil, em títulos privados de instituições financeiras vinculados à taxa de juros dos Depósitos Interbancários (“DI”) e operações compromissadas. A composição do caixa e equivalentes de caixa é o seguinte:

	2025	2024
Caixa e bancos	989	5.697
Aplicações financeiras (a)	145.949	15.788
Total	**146.938**	**21.485**

(a) As operações compromissadas e CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) são remuneradas, na média, a uma taxa de 98,6% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (98,4% do CDI em 31 de dezembro de 2024). Possuem liquidez imediata e não estão sujeitos a restrições ou penalidades de quaisquer naturezas, o que permite sua utilização de acordo com as necessidades da Companhia.

6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços nas atividades operacionais da Companhia, reconhecidas na competência da prestação de serviço pelo seu valor histórico da transação, deduzido das perdas estimadas de inadimplência e glosa. Para a análise de recuperabilidade do contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem de cálculo com base nas perdas de crédito esperadas a cada data-base das demonstrações financeiras. A Companhia utiliza uma metodologia para captura de deterioração da recuperabilidade do contas a receber que considera o histórico de recebimento e de perdas, sendo reconhecida provisão de glosas, em casos de recebimento parcial do contas a receber, e provisão para perdas esperadas por crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”) em casos de inadimplência total. Uma vez identificado risco de deterioração do saldo, é feito o provisionamento, conforme métricas definidas no estudo. A composição das contas a receber de clientes é a seguinte:

	2025	2024
Duplicatas a receber	124.260	84.561
Outras contas a receber:		
Convênios a faturar (a)	45.872	40.423
Total a receber:	**170.132**	**124.984**
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e inadimplência (b)	(3.058)	(1.287)
Total de contas a receber de clientes, líquido	**167.074**	**123.697**
Ativo circulante	165.021	121.549
Ativo não circulante	2.053	2.148

(a) A rubrica “Convênios a faturar” refere-se aos valores de serviços prestados e não faturados às operadoras de saúde. Esse valor é reconhecido líquido do efeito esperado de créditos e perdas de glosas reconhecidas com base no preço estimado da transação considerando contraprestação variável, incluindo glosas. (b) Não havia glosa em 31 de dezembro de 2025 e 2024. As contas a receber por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	2025	2024
A vencer:	94.003	28.496
Vencidos:	30.257	56.065
Até 30 dias	18.983	25.650
De 31 até 90 dias	4.762	27.401
De 91 até 120 dias	1.004	782
De 121 até 180 dias	929	828
Acima de 181 dias	4.579	1.404
	124.260	**84.561**

A movimentação para provisões para créditos de liquidação duvidosa e inadimplência é como segue:

	2025	2024
Saldo inicial	(1.287)	(2.548)
(+) novas provisões constituídas	(39.395)	(33.804)
(-) reversões de provisões	37.624	35.065
Saldo final	**(3.058)**	**(1.287)**

7 Estoques

Os estoques referem-se substancialmente à itens de materiais clínicos, medicamentos, vacinas e materiais de consumo utilizados na realização dos exames de análises clínicas e diagnósticos em geral. Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio ponderado. Os suprimentos farmacêuticos, clínicos e médicos têm uma data de validade atribuída pelo fabricante. A data de validade é estabelecida com base nos resultados dos testes de estabilidade obtidos na embalagem primária e na embalagem secundária. Todos os itens vencidos são baixados. A composição dos estoques é a seguinte:

	2025	2024
Material direto nacional	6.515	8.716
Material secundário	2.405	3.465
Material de consumo	460	747
Outros estoques	90	219
(-) Provisão para perda	(4)	(2)
Total	**9.466**	**13.145**

8 Tributos a recuperar

	2025	2024
IRPJ/CSLL (a) a recuperar	29.488	22.124
INSS (b) a recuperar	34.418	21.818
ISS - retenções na fonte s/ faturamento (c)	3.245	2.523
PIS e COFINS (d)	137	76
Total	**67.288**	**46.541**
Ativo circulante	67.151	46.541
Ativo não circulante	137	-

(a) IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. (b) INSS - Instituto Nacional do Seguro Social. (c) ISS - Imposto Sobre Serviços. (d) PIS - Programa de Integração Social e COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.

9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo os gastos diretamente atribuíveis à sua aquisição, deduzido de depreciação acumulada e, se aplicável, perda por redução ao valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando ocorre benefícios econômicos futuros associados com os gastos, sendo baixado o valor contábil de itens ou peças substituídas. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é reconhecida pelo método linear baseado na vida útil estimada dos bens, reconhecida na demonstração de resultados nas rubricas despesas gerais e administrativas e custos de serviços prestados, alocadas conforme a utilização fim de cada ativo. Anualmente são revisados os métodos de depreciação, os valores residuais e as vidas úteis, sendo ajustados se for necessário. As vidas úteis estimadas estão divulgadas nas tabelas abaixo e os custos e as despesas com depreciação estão apresentados na nota explicativa nº 21. Os ganhos e as perdas de alienações são apurados pela diferença entre o valor de venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica outras despesas e receitas, líquidas. A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

Custo	Vida útil (anos)	2024	Adições	Baixas	Transferência	2025
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	19.969	-	-	-	19.969
Aparelhos e equipamentos	10	16.385	-	(5)	1.000	17.380
Móveis e utensílios	10	2.237	-	(2)	-	2.235
Instalações	10	3.301	-	-	-	3.301
Equipamentos de informática	5	6.078	-	(28)	-	6.050
Imobilizações em andamentos (a)	-	911	1.680	-	(1.000)	1.591
(-) Provisão para perda de ativos imobilizados (b)	-	(96)	-	-	-	(96)
Total do custo		**48.785**	**1.680**	**(35)**	**-**	**50.430**
Depreciação acumulada						
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(9.848)	(1.400)	-	-	(11.248)
Aparelhos e equipamentos		(13.666)	(581)	5	-	(14.242)
Móveis e utensílios		(1.311)	(209)	2	-	(1.518)
Instalações		(1.187)	(212)	-	-	(1.399)
Equipamentos de informática		(5.207)	(527)	28	-	(5.706)
Total da depreciação		**(31.219)**	**(2.929)**	**35**	**-**	**(34.113)**
Imobilizado líquido		**17.566**	**(1.249)**	**-**	**-**	**16.317**

Custo	Vida útil (anos)	2023	Adições	Baixas	Transferência	2024
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	18.717	1.252	-	-	19.969
Aparelhos e equipamentos	10	16.386	-	(1)	-	16.385
Móveis e utensílios	10	2.015	269	(47)	-	2.237
Instalações	10	2.979	322	-	-	3.301
Equipamentos de informática	5	6.099	-	(21)	-	6.078
Imobilizações em andamentos (a)	-	2.215	584	(1.888)	-	911
(-) Provisão para perda de ativos imobilizados (b)	-	(96)	-	-	-	(96)
Total do custo		**48.315**	**2.427**	**(1.957)**	**-**	**48.785**
Depreciação acumulada						
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(8.470)	(1.378)	-	-	(9.848)
Aparelhos e equipamentos		(13.118)	(548)	-	-	(13.666)
Móveis e utensílios		(1.154)	(157)	-	-	(1.311)
Instalações		(915)	(272)	-	-	(1.187)
Equipamentos de informática		(4.511)	(717)	21	-	(5.207)
Total da depreciação		**(28.168)**	**(3.072)**	**21**	**-**	**(31.219)**
Imobilizado líquido		**20.147**	**(645)**	**(1.936)**	**-**	**17.566**

(a) O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, aos gastos acumulados com obras, construções e benfeitorias, que ainda não se encontram concluídas e que serão transferidas para o imobilizado em uso quando do início efetivo de utilização das áreas disponibilizadas. A expectativa de conclusão desses projetos é em curto prazo. (b) Provisão para perda com ativo imobilizado refere-se aos valores apurados de sobra contábil decorrente ao trabalho de inventário físico. A Companhia não possui ativos imobilizados dados em garantia. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu que não há indícios de perda de valor recuperável dos ativos imobilizados, que ocasionem a necessidade de provisão adicional aos saldos que se encontram registrados nas demonstrações financeiras.

10 Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são reconhecidos da seguinte forma: • Sistemas de informática são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente conforme sua vida útil e são revisados anualmente. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. • O ágio é originado na aquisição de uma controlada, possui vida útil indefinida e, portanto, não é amortizado, sendo testado para fins de recuperabilidade no mínimo anualmente. A amortização é reconhecida na demonstração de resultados nas rubricas despesas gerais e administrativas e custos de serviços prestados, alocadas conforme a utilização fim de cada ativo. Anualmente são revisados os métodos de amortização, os valores residuais e as vidas úteis, sendo ajustados se for necessário. As vidas úteis estimadas estão divulgadas nas tabelas abaixo e os custos e as despesas com amortização estão apresentados na nota explicativa nº 21. Os ganhos e as perdas de alienações são apurados pela diferença entre o valor de venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica outras despesas e receitas, líquidas. A composição e movimentação do intangível é demonstrada abaixo:

Custo	2024	Adições	Baixas	Transferência	2025
Incorporação reversa - Ágio (a)	1.856	-	-	-	1.856
Sistemas de informática	3.750	-	-	-	3.750
Total do custo	**5.606**	**-**	**-**	**-**	**5.606**
Amortização acumulada					
Sistemas de informática	(3.719)	(20)	-	-	(3.739)
Total da amortização	**(3.719)**	**(20)**	**-**	**-**	**(3.739)**
Intangível líquido	**1.887**	**(20)**	**-**	**-**	**1.867**

Custo	2023	Adições	Baixas	Transferência	2024
Incorporação reversa - Ágio (a)	1.856	-	-	-	1.856
Sistemas de informática	3.750	-	-	-	3.750
Total do custo	**5.606**	**-**	**-**	**-**	**5.606**
Amortização acumulada					
Sistemas de informática	(3.688)	(31)	-	-	(3.719)
Total da amortização	**(3.688)**	**(31)**	**-**	**-**	**(3.719)**
Intangível líquido	**1.918**	**(31)**	**-**	**-**	**1.887**

(a) Testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

11 Ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos

Um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento são reconhecidos quando um contrato de arrendamento transfere o direito de controle do uso de um ativo por um determinado período em troca de contraprestação. No início do contrato, é mensurado o valor presente do fluxo de caixa das contraprestações futuras do contrato, sendo o ativo e o passivo reconhecidos pelo mesmo montante. A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato e o passivo de arrendamento é acrescido de juros, líquido dos pagamentos. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado na rubrica outras despesas e receitas, líquidas, considerando, se aplicável, as sanções previstas no contrato. A Companhia possui operações de arrendamento de imóveis, máquinas e equipamentos, equipamentos de informática e veículos, destinados à sua operação. Os prazos dos contratos variam entre 2 e 10 anos e são negociados individualmente. A movimentação dos ativos de direito de uso é demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixa	Remensuração (b)	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Imóveis	4.427	-	(325)	3.105	(1.275)	5.932
Máquinas e equipamentos	-	21.335	-	-	(3.307)	18.028
Equipamentos informática	16	9	-	-	(8)	17
Veículos	-	956	-	-	(308)	648
Total	**4.443**	**22.300**	**(325)**	**3.105**	**(4.898)**	**24.625**

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Remensuração (b)	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Imóveis	5.067	62	818	(1.520)	4.427
Equipamentos informática	-	19	1	(4)	16
Total	**5.067**	**81**	**819**	**(1.524)**	**4.443**

A movimentação dos passivos de arrendamentos é demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	**5.142**
Adições	81
Juros incorridos (a)	446
Juros pagos	(446)
Pagamentos do principal	(1.596)
Remensuração (b)	819
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**4.446**
Adições	22.300
Baixa	(299)
Juros incorridos (a)	3.301
Juros pagos	(3.301)
Pagamentos do principal	(7.655)
Remensuração (b)	3.105
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**21.897**
Passivo circulante	7.466
Passivo não circulante	14.431

(a) Os juros são contabilizados no resultado na rubrica de despesas financeiras. (b) A remensuração é originada por alterações nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de reajustes nos valores mensais por índice de inflação de cada contrato e/ou seu prazo de vigência. Para o cálculo de contratos de arrendamento é utilizada a taxa de desconto, considerando a média de captação de recursos no mercado, conforme demonstrada abaixo:

Prazo dos contratos	Taxa
de 1 a 2 anos	14%
de 3 a 5 anos	13%
de 6 a 10 anos	11%
Média ponderada	**14%**

Os vencimentos das parcelas não circulantes estão demonstrados abaixo:

Ano	2025	2024
de 1 a 2 anos	497	493
de 2 a 3 anos	2.238	1.637
acima de 3 anos	11.696	420
	14.431	**2.550**

12 Fornecedores

A composição de fornecedores é a seguinte:

	2025	2024
Fornecedores de mercadorias	30.125	29.373
Fornecedores de serviços	15.195	9.578
Total	**45.320**	**38.951**

A Companhia não possui transações de risco sacado.

13 Obrigações sociais e trabalhistas

Refere-se às obrigações trabalhistas, seus respectivos encargos e benefícios de curto prazo a empregados e são reconhecidas como despesas conforme o serviço é prestado, alocado como custo ou despesa em função da atividade do empregado. A provisão do pagamento do bônus em espécie e participação nos resultados é reconhecido pelo regime de competência quando a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar estes valores em função do serviço prestado incorrido pelo empregado com base nas estimativas de alcance das metas e objetivos específicos estabelecidos e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A composição das obrigações sociais e trabalhistas é a seguinte:

	2025	2024
Salários a pagar	4.175	3.760
Encargos sociais a pagar	2.309	2.014
Provisão para participação nos lucros e resultados e bônus	5.589	3.025
Provisão para férias e encargos sociais	7.390	7.771
Outros encargos sociais	856	258
Total	**20.319**	**16.828**

A Companhia não concede benefícios pós-emprego dos tipos Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), previdência do tipo benefício definido e/ou qualquer plano de aposentadoria ou assistência pós emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo.

14 Tributos e contribuições a recolher

A composição dos tributos a recolher é a seguinte:

	2025	2024
IRRF (a) a recolher	413	446
ISS sobre faturamento	3.365	2.081
PIS e COFINS sobre faturamento	1.131	2.342
INSS a recolher	7.013	4.281
IRPJ e CSLL a recolher	620	635
Parcelamentos Tributos Federais	576	750
Total	**13.118**	**10.535**
Passivo circulante	12.798	10.022
Passivo não circulante	320	513

(a) IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte.

15 Provisões para demandas tributárias, trabalhistas e cíveis, contingências e depósitos judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais em aberto na data-base das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para cálculo das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. As principais incertezas referem-se à probabilidade e magnitude das saídas de recursos de caixa. **a) Provisões tributárias, trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais:** Para as questões tributárias e cíveis, a provisão é constituída para 100% dos processos cujo prognóstico é avaliado pelos seus assessores jurídicos como possibilidade de perda provável (chances de perda maior que 50%). Algumas das provisões tributárias, trabalhistas e cíveis possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados. O quadro a seguir demonstra a composição das provisões e depósitos judiciais por natureza:

	2025 Provisão	2025 Depósito judicial	2024 Provisão	2024 Depósito judicial
Trabalhistas	308	-	284	970
Cíveis	71	2	58	17
Tributárias	2.283	-	-	-
Total	**2.662**	**2**	**342**	**987**

As movimentações na provisão para causas judiciais estão apresentadas a seguir:

	31/12/2024	Adição	Pagamentos	Atualização	31/12/2025
Provisão para causas trabalhistas	284	138	(111)	(3)	308
Provisão para causas cíveis	58	15	(16)	14	71
Provisão para causas tributárias	-	1.973	-	310	2.283
Total	**342**	**2.126**	**(127)**	**321**	**2.662**

	31/12/2023	Adição	Pagamentos	Atualização	31/12/2024
Provisão para causas trabalhistas	687	2.108	(2.346)	(165)	284
Provisão para causas cíveis	19	42	(4)	1	58
Provisão para causas tributárias	-	-	-	-	-
Total	**706**	**2.150**	**(2.350)**	**(164)**	**342**

b) Passivos contingentes (possíveis): A Companhia também é parte em demandas cujo prognóstico de perda é avaliado pelos assessores jurídicos como possível (chances de perda maior que 25% e menor ou igual a 50%) e, com base nesta avaliação, não há provisão constituída nas demonstrações financeiras. Na esfera cível, a Companhia possui processos classificados como perda possível que totalizam R$ 63.935 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 52.924 em 31 de dezembro de 2024) relacionados a processos de responsabilidade civil com pedido de indenização de danos morais e materiais decorrente do suposto erro médico ou falha no procedimento, entre outros. Os processos trabalhistas classificados como perda possível totalizam R$ 9.096 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 3.268 em 31 de dezembro de 2024) e referem-se a reclamações trabalhistas de ex-empregados da Companhia. Na esfera tributário, a Companhia possui processos classificados como perda possível que totalizam R$ 28.825 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 35.661 em 31 de dezembro de 2024), que versam, entre outros temas, sobre o local da prestação do serviço de análises clínicas para fins de incidência do ISS e saldos negativos de IRPJ/CSLL.

16 Outras contas a pagar e provisões

	2025	2024
Aluguéis a pagar	504	141
Outras contas a pagar	7.779	1.377
Total	**8.283**	**1.518**

17 Patrimônio Líquido

a) Capital social: O capital social da Companhia, totalmente integralizado, está demonstrado abaixo:

Sócios	31/12/2025 Quotas	31/12/2025 Valor	31/12/2024 Quotas	31/12/2024 Valor
Diagnósticos da América S.A.	130.176.629	130.177	125.176.629	125.177

b) Destinação do resultado do exercício: De acordo com a da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), o lucro líquido do exercício tem a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; e (ii) no mínimo de 25% do saldo remanescente ajustado na forma do art. 202, para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. A destinação de resultado do exercício, bem como a proposta de dividendos, está apresentada abaixo:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	94.633	46.898
Reserva legal (5%)	(4.732)	(2.345)
Dividendos mínimos obrigatórios	(11.026)	(11.138)
Juros sobre capital próprio	(11.448)	-
Reserva de lucros	(67.427)	(33.415)

A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrado a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.138
Deliberação de juros sobre capital próprio sobre reservas de lucros, líquido do IRRF (nota explicativa nº 17.c)	22.188
Deliberação de juros sobre capital próprio, líquido do IRRF (nota explicativa nº 17.c)	9.731
Pagamento parcial dos juros sobre o capital próprio	(27.334)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2025	11.026
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**26.749**

c) Juros sobre capital próprio: Os juros sobre o capital próprio (“JCP”) foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. O JCP foi contabilizado em despesas financeiras para fins fiscais e são apresentados no Patrimônio Líquido para fins de demonstrações financeiras. O JCP corrente foi imputado integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios.

18 Partes relacionadas

a) Contratos de mútuos

Ativo	2025	2024
Diagnósticos da América S.A. - Ativo	-	87.110
Ímpar	-	16.656
Total	**-**	**103.766**

O valor foi integralmente recebido pela Companhia em 2025.: **b) Transação entre a (i) Companhia e (ii) a Controladora e empresas do grupo econômico**

Passivo	2025	2024
Diagnósticos da América S.A. (a)	41.277	50.219
Delboni Medicina Diagnóstica S.A.	5.502	709
Valeclin Laboratório de Análises Clínicas Ltda.	11.896	3.546
Total	**58.675**	**54.474**

(a) O Grupo DASA realiza um processo de repasse de despesas corporativas. Esses repasses envolvem despesas administrativas e outras despesas operacionais que a Controladora, inicialmente, assume e compartilha entre as empresas do Grupo por processo de rateio. **19 Imposto de renda e contribuição social.** O IRPJe CSLL são calculados com base nas alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme definido pela legislação vigente. Ambos os tributos são apurados com base no lucro tributável, isto é, resultado ajustado por meio de adições e exclusões fiscais. As provisões para IRPJ e CSLL obedecem ao regime de competência e são reconhecidos em contrapartida à demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, que são reconhecidos no respectivo grupo de contas. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal e seu respectivo valor contábil. Para fins de divulgação o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária. Em atendimento ao IFRIC23/ICPC22 (Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre a Renda), a Administração, com apoio de assessores externos, avalia, periodicamente, se as posições assumidas em relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável requer interpretações, estão adequadas. Quando apropriado, são constituídas provisões com base em valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Para o exercício findo, o tratamento fiscal adotado pela Companhia está adequado, isto é, com chances de êxito maior que a chance de não êxito da causa. Conforme o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o lucro, a Companhia baseia-se na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para reconhecer ativos e passivos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL e respectiva alíquota efetiva desses tributos é demonstrada a seguir:

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	115.359	69.311
Alíquota fiscal oficial - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal oficial	(39.222)	(23.566)
Exclusões (adições) permanentes:		
Despesas indedutíveis		
Juros sobre o capital próprio	12.767	-
Despesas indedutíveis	5.729	-
Outros ajustes		
Constituição/consumo de prejuízo fiscal e base negativa	-	7.182
Reprocessamento apurações IRPJ e CSLL	-	(6.317)
Outros	-	288
IRPJ e CSLL na demonstração do resultado	**(20.726)**	**(22.413)**
Correntes	(22.252)	(22.067)
Diferidos	1.526	(346)
Total	**(20.726)**	**(22.413)**
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	**18%**	**32%**

A composição e movimentação dos saldos de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social diferido		
Provisão para contingências	(905)	(117)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e glosas	(1.040)	(438)
Provisão para fornecedores	(381)	(451)
CPC06 - arrendamentos	2.145	96
Provisão nos lucros e resultados	(1.900)	(1.029)
Outros diferidos	6.072	7.457
Total	**3.991**	**5.518**

Reforma tributária sobre o consumo. O Congresso Nacional promulgou, em 20 de dezembro de 2023, a Emenda Constitucional (EC) nº 132, que trata da reforma tributária (“Reforma Tributária”) sobre o consumo. Em linhas gerais, o novo modelo tributário substituirá os atuais tributos sobre consumo (PIS, COFINS, ISS e ICMS) por dois tributos: Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Além disso, haverá um novo tributo sobre bens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, denominado Imposto Seletivo (IS), que substituirá o IPI. Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar 214/25, resultado da conversão do Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24, que regulamenta aspectos importantes da Reforma Tributária, tais como: campo de incidência e não incidência, créditos tributários, setores com tratamentos específicos, operações com redução de alíquota, entre outros, sem definir ainda a alíquota nominal dos novos tributos. Em relação ao setor de saúde, destaca-se como ponto positivo a redução de 60% na alíquota nominal dos serviços e de 60% ou 100% em diversos medicamentos e insumos. Ao final do ano de 2025, foram publicadas notas técnicas da Receita Federal e do Comitê Gestor com instruções sobre os novos *layouts* de documentos fiscais, com validade a partir de janeiro de 2026. Outros aspectos relevantes da Reforma Tributária foram objeto de regulamentação ao longo de 2025, permanecendo pendentes definições adicionais que deverão ocorrer em 2026, dado que de 2026 a 2032 as empresas lidarão com um período de transição com existência de dois regimes tributários sobre consumo: antigo (PIS, COFINS, ISS, ICMS e IPI) e novo (IBS, CBS e IS). Os impactos da Reforma Tributária serão plenamente conhecidos apenas quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes. Portanto, não há qualquer efeito a ser reconhecido nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

20 Receita operacional líquida

As receitas operacionais da Companhia correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou a receber pela prestação de serviços provenientes das atividades diagnósticas, líquida de impostos relacionados e contraprestações variáveis, como descontos comerciais e glosas. Os contratos com as operadoras de planos de saúde incluem contraprestação variável e, portanto, a Companhia estima a receita correspondente considerando preços contratuais e glosas históricas. Para informações sobre a PECLD e glosas, vide nota explicativa nº 6. Os contratos celebrados entre a Companhia e seus clientes têm substância comercial, uma vez que são aprovados pelas partes e geram direitos para cada uma delas, bem como as condições de pagamento identificadas. Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2025	2024
Receita bruta		
Receita bruta	440.632	418.702
Deduções		
Tributos	(25.819)	(23.542)
Perdas por glosas e inadimplência	(1.684)	(466)
Descontos comerciais	(177)	(29)
Total	**412.952**	**394.665**

(a) Refere-se a tributos incidentes sobre a receita de serviços, como ISS (Imposto Municipal sobre Serviços), PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Previdência Social).

21 Despesa por natureza

A Companhia apresenta a demonstração do resultado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	2025	2024
Gastos com pessoal	(103.844)	(108.215)
Custo com material	(106.774)	(105.984)
Serviços e utilidades	(76.074)	(77.078)
Depreciações e amortizações	(7.847)	(4.627)
Provisões diversas	(1.947)	1.687
Repasse corporativos intercompanhia (a)	(10.185)	(15.670)
Despesas diversas	(12.954)	(7.108)
	(319.625)	**(316.995)**
Classificado como:		
Custos dos serviços prestados	(295.866)	(285.076)
Despesas gerais e administrativas	(23.759)	(31.919)
Total	**(319.625)**	**(316.995)**

(a) Vide nota explicativa nº 18 (b).

22 Resultado financeiro, líquido

	2025	2024
Despesas financeiras		
Arrendamento mercantil	(3.301)	(446)
Juros e multa de mora	(1.547)	-
PIS e Cofins sobre receita financeira	(1.282)	(631)
Outras despesas financeiras	(421)	10
	(6.551)	**(1.067)**
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	27.119	11.878
Outras receitas financeiras	447	1.648
	27.566	**13.526**
Resultado financeiro, líquido	**21.015**	**12.459**

23 Riscos e instrumentos financeiros

a) Gestãode riscos: A Administração da Companhia entende que os principais fatores de risco os quais estão expostas são risco de mercado, de câmbio, de taxa de juros, de crédito e de liquidez. Esses riscos são inerentes às atividades e são direcionados por meio de políticas internas e são monitorados através de relatórios periódicos. **a.1) Riscode liquidez.** A Companhiagerencia o seu risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e realizados e pela combinação dos perfis de vencimentos dos ativos e passivos financeiros, conforme o seguinte direcionamento: a) Gerenciamento de caixa de curto prazo - Gerenciamento dos ativos líquidos e linhas de crédito para cobrir necessidades imediatas.: b) Gerenciamento de caixa de longo prazo - Processo contínuo para garantir recursos de longo prazo, por meio da análise do orçamento de caixa em base mensal, atualizando as premissas orçadas de acordo com as necessidades do negócio, e comparação entre realizado versus orçado. c) Manutenção de um caixa mínimo - Refere-se ao saldo de caixa que a Companhia repõe em curtíssimo prazo para suprir suas necessidades urgentes. Além disso, adota-se como critério que o caixa tem que ter recursos suficientes para cobrir os cinco piores fluxos diários de um mês, sem considerar recebimento. d) Limitesdeexposição e mitigadores de riscos - A área de tesouraria procura manter entre aplicações de caixa com liquidez imediata e linhas de capital de giro, o volume suficiente para garantir pelo menos o montante igual aos cinco maiores dias consecutivos de saída de caixa dos últimos 12 meses. Para linhas demédio prazo e longo prazo, a tesouraria mantém linhas de crédito compatíveis com o planejamento estratégico da Companhia sempre com objetivo de garantir a disponibilidade de recursos para suprir o fluxo de caixa previsto. **a.2) Risco cambial.** As operações dA Companhia são realizadas no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real (moeda funcional da Sociedade). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía transações em moeda estrangeira. **a.3) Risco de taxa de juros.** A Companhia adota políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. Os equivalentes de caixa (vide nota explicativa nº 5) são mantidas principalmente em operações vinculadas ao DI. A Companhia procura manter a maior parte de seus ativos e passivos financeiros em taxas de juros flutuantes. **a.4) Risco de crédito.** Os instrumentos financeiros que a Companhia corre riscos de crédito da contraparte são representados, substancialmente, pelas disponibilidades (caixa e bancos) e aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 5) e outros ativos e contas a receber (vide nota explicativa nº 6). **a.4.1) Risco de crédito de contrapartes.** Este risco decorre de potencial incapacidade de as contrapartes cumprirem suas obrigações financeiras com a Companhia por insolvência, além do risco relacionado aos ativos que compõem alguma exposição. A Companhia executa regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outros, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras, instrumentos de proteção e outros ativos são objeto de limites máximos por instituição, com diversificação mínima de contrapartes. As instituições devem possuir grau de investimento mínimo atribuído por agências de riscos de créditos especializadas. **a.4.2) Risco de crédito de clientes.** O risco de crédito de clientes é o risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O risco de crédito nas contas a receber de clientes está divulgado na nota explicativa nº 6. **a.5) Riscos climáticos.** O risco climático é um risco transversal que pode ser um agravante para os tipos de riscos tradicionais que gerenciamos no curso normal dos negócios, incluindo, sem limitação, os riscos descritos anteriormente. Nossos negócios,operações e resultados podem ser afetados por riscos, tais como, mas não limitados a: (a) escassez de insumos e matérias-primas pode causar aumento de custos, aumento dos gastos com pesquisa e desenvolvimento e restrições ou mudanças nas atividades de produção; (ii) gastos com a transição para tecnologias mais sustentáveis devido às mudanças nas necessidades de tecnologia para novos desenvolvimentos de serviços ou adaptação de serviços existentes; (iii) regulamentos associados à precificação de carbono e padrões de emissão de gases de efeito estufa podem causar restrições e aumento do custo dos serviços; (iv) aumento do preço dos serviços e/ou redução da margem de lucro; (v) aumento dos custos associados às adequações na produção em decorrência de restrições na legislação sobre o uso dos recursos hídricos; (vi) dificuldades de acesso aos ativos ou escassez de matérias-primas; (vii) perda de receita em função da retirada de serviços menos sustentáveis do portfólio; e (viii) redução da demanda por serviços devido a mudanças nas preferências dos clientes. A Administração não identificou nenhum impacto contábil neste momento e nenhuma divulgação adicional. **b) Gestão de capital:** Os objetivos dA Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os sócios têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos sócios ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. **c) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros.** A Companhia avaliou a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu gerenciamento conforme abaixo: • Custo amortizado: ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizadas no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. • Mensurados ao valor justo por meio do resultado: a Companhia não classificou nenhum ativo financeiro como mensurado a valor justo por meio do resultado. • Mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: a Companhia não classificou nenhum ativo financeiro como mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Passivos financeiros.** Os passivos financeiros incluem fornecedores, demais contas a pagar, empréstimos e financiamentos e arrendamentos a pagar. • Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros. • Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo e tanto os juros e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. A Companhia não classificou nenhum passivo financeiro como mensurado a valor justo por meio do resultado. Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis à captação de recursos de financiamentos ou emissão de títulos de dívidas, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado levando em consideração o seu prazo, pelo método da taxa efetiva de juros. **b.1) Classes e categorias de instrumentos financeiros e seus valores justos.** Quando disponível,a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Caso contrário, o valor justo foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado na data-base das demonstrações financeiras. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, pode-se utilizar de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2 - Informações, além dos preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (preços) ou indiretamente (derivado dos preços). Nível 3 - Premissas, para ativos ou passivos, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Os valores justos e os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros, e a hierarquia de valor justo para cada classe de instrumentos financeiros estão demonstrados a seguir:

Em 31 de dezembro de 2025	Ativo financeiro: Valor justo por meio do resultado	Ativo financeiro: Custo amortizado	Passivo financeiro: Valor justo por meio do resultado	Passivo financeiro: Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	-	146.938	-	-
Contas a receber	-	167.074	-	-
Fornecedores	-	-	-	(45.320)
	-	**314.012**	**-**	**(45.320)**

Em 31 de dezembro de 2024	Ativo financeiro: Valor justo por meio do resultado	Ativo financeiro: Custo amortizado	Passivo financeiro: Valor justo por meio do resultado	Passivo financeiro: Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	-	21.485	-	-
Contas a receber	-	123.697	-	-
Fornecedores	-	-	-	(38.951)
Partes relacionadas	-	103.766	-	-
	-	**248.948**	**-**	**(38.951)**

24 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia adota política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2025 o total de cobertura de seguros era de R$ 51.480 sendo R$ 500 para lucros cessantes e danos materiais, e R$ 33.020 para processos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis, entre outros.

25 Eventos subsequentes

Até a data de emissão das demonstrações financeiras, não há eventos subsequentes a serem reportados.

DIRETORIA

Leonardo Modesti Vedolin - Diretor

Rafael Bossolani - Diretor Financeiro

Sauro Bagnaresi Neto - Gerente Sênior de Controladoria - CRC 1SP290296/O-4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas.

CientíficaLab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda.

Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras da CientíficaLab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda. (“Companhia” e “Deboni”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras.** A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. CientíficaLab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **CientíficaLab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda.** • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas . Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 29 de abril de 2026.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027083/F-3.

Jefferson Alves da Silva
Contador
CRC CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Papel: Márcio Antonio Lopes da Costa
Data/Hora da Assinatura: 30/04/2026 21:35:21 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publilegal.diariodenoticias.com.br/*